REPÚBLICA PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL

Orçamento do Estado 2025

Nota Explicativa

Ministério dos Negócios Estrangeiros

ÍNDICE

RESUMO 03

VISÃO ESTRATÉGICA 04

OBJETIVOS PARA 2025 E IMPACTO POSITIVO 06

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ABRANGIDAS 11

CUSTO DAS MEDIDAS E FONTES DE FINANCIAMENTO 12

OBSERVAÇÕES 21

RESUMO

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), para o ano de 2025, na Comissão de Orçamento,Finanças e Administração Pública da Assembleia da República, apresentando os principais eixos de atuação que este Ministério se propõe desenvolver e identificando a aplicação prevista do respetivo orçamento.

A política externa portuguesa tem de estar preparada para responder aos desafios de um mundo profundamente interdependente e em mudança acelerada, marcado, entre outros desafios geopolíticos, por graves conflitos às portas da Europa.

Assim, em linha com os eixos estratégicos que vêm orientando a política externa portuguesa e com o desígnio de fortalecer a relevância geoestratégica de Portugal, é fundamental dotar a representação externa portuguesa dos instrumentos necessários para a sua adaptação ao exigente contexto global atual, assim contribuindo para a afirmação de Portugal enquanto país aberto, competitivo e humanista.

Em linha com o programa do XXIV Governo Constitucional, apresentam-se, neste documento, a visão estratégica deste orçamento e a visão setorial do MNE; os objetivos para 2025, as entidades envolvidas na concretização dos respetivos objetivos, os custos das medidas e respetivas fontes de financiamento e, por último, os meios humanos ao dispor da representação externa portuguesa, bem como a tipologia e a distribuição geográfica da externa do MNE.

VISÃO ESTRATÉGICA

O Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) solidifica uma mudança estrutural positiva na política orçamental em Portugal e abre um novo capítulo focado no crescimento. Este é um Orçamento que resulta também do consenso social através do Acordo de Valorização Salarial e Crescimento Económico assinado com os parceiros sociais, fortalecendo a ambição nacional na competitividade e nos rendimentos.

Após anos de excedentes asfixiantes, o Governo alcançou um equilíbrio orçamental virtuoso já em 2024 e continuará a seguir esse caminho em 2025. Para preparar o País para o futuro, estamos a implementar uma política orçamental pró-crescimento, centrada no aumento do bem-estar das pessoas, com boas contas.

O Governo está a aumentar, de forma responsável, salários e pensões, e a baixar impostos, a valorizar a função pública e a reforçar o investimento público, assegurando um ligeiro excedente orçamental e a redução sustentada do rácio da dívida pública.

Este Orçamento liberta-se das amarras que deixaram o País estagnado nas últimas duas décadas e implementa políticas económicas e orçamentais com o objetivo principal de acelerar a economia portuguesa, enquanto se recupera o Estado Social e os serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O OE2025 tem uma marca única: é o primeiro Orçamento em muitos anos que não aumenta nenhum imposto e é fiel ao compromisso de baixar impostos inaugurado por este Governo em toda a linha - menos IRS para todos, o IRS Jovem, que reforça o rendimento líquido dos jovens, isenção fiscal dos prémios de desempenho por produtividade e menos IRC para as empresas. Estamos e vamos continuar a baixar a carga fiscal que condiciona os cidadãos e empresas, libertando recursos para tornar a economia mais competitiva.

Este é também um Orçamento que restabelece uma relação de confiança entre o cidadão utente e a Administração Pública. Neste caminho, chegámos a acordos com diversas carreiras especiais, em áreas fundamentais da atuação do Estado: Professores, Forças de Segurança, Guardas Prisionais, Militares e Enfermeiros, estando a decorrer negociações com os médicos.

Com o OE2025, cada Ministério conta com maior flexibilidade na gestão do Orçamento que tem à sua disposição para implementar as suas políticas. Ao longo do próximo ano, cada membro do Governo pode, com total autonomia, através de despacho, autorizar a descativação das verbas orçamentais à medida das necessidades.

O reforço do investimento público acontecerá através da execução dos projetos de investimentos estruturantes e da implementação acelerada do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para que se continue a recuperar os atrasos herdados. Destaca-se a dotação reforçada para a ampliação do parque habitacional público a preços acessíveis e para implementar o Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), assim como no apoio à inovação empresarial, capitalização de empresas e resiliência financeira através do Banco Português do Fomento (BPF).

No domínio da representação e ação externa de Portugal, serão prosseguidos os interesses e objetivos estratégicos que orientam a política externa portuguesa e o desígnio de fortalecer a relevância política e geoestratégica de Portugal em todas as suas vertentes, em particular: a política e integração europeia; a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); as relações transatlânticas; a defesa do multilateralismo e do respeito pelo direito internacional; a proximidade às comunidades portuguesas no estrangeiro; a promoção dacultura e língua portuguesas; a política de cooperação para o desenvolvimento; e, a valorização dos recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

OBJETIVOS PARA 2025

Para o ano de 2025 pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

Política europeia e aprofundamento das relações bilaterais com os países europeus

o Continuar a acompanhar as implicações, para a União Europeia (UE) e para Portugal da invasão ilegal da Ucrânia por parte da Rússia;
o Defender o reforço das capacidades europeias com benefícios para todos os Estados-Membros, nomeadamente nas áreas da política industrial, da inteligência artificial e da defesa;
o Pugnar pelo desenvolvimento de uma nova arquitetura orçamental à altura das ambições da UE e dos desafios comuns, designadamente no quadro das negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034;
o Defender uma estratégia abrangente de robustecimento da competitividade europeia, que passe pelo aprofundamento do mercado interno e pelo reforço da coesão económica, social e territorial, bem como pela redução do fardo regulatório sobre as empresas e pela melhoria das condições para o investimento privado através da concretização da União dos Mercados de Capitais e a União Bancária;
o Participar no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa, para além do aprofundamento da Bússola Estratégica, cumprindo com as obrigações estabelecidas pelo Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, incluindo o financiamento das ações da UE que visem preservar a paz e reforçar a segurança internacional;
o Apoiar os esforços de fortalecimento da base industrial e tecnológica de defesa europeia, nomeadamente das pequenas e médias empresas e do reforço de cadeias de valor;
o Apoiar os esforços com vista a uma política comercial europeia ambiciosa, aberta e sustentável, nomeadamente através da concretização dos acordos com o Mercosul e com a Índia;
o Contribuir ativamente para os preparativos da Cimeira UE-África;
o Apoiar o fortalecimento das relações entre a UE e o Reino Unido em todas as suas vertentes;
o Apoiar o desenvolvimento de uma nova estratégia europeia dedicada à segurança e resiliência hídricas;
o Continuar a defender a importância do equilíbrio geográfico nos quadros da Administração Pública europeia e combater a sub-representação portuguesa;
o Aprofundar as relações bilaterais com os países europeus, com destaque para a

Alemanha, a Espanha, a França e o Reino Unido, e reforçar o acompanhamento dos países em processo de adesão à UE, com destaque para os Balcãs Ocidentais, a Ucrânia, a Moldávia e a Geórgia.

Reforçar as relações bilaterais extra-União Europeia, incluindo o apoio à Ucrânia

Prosseguir o reforço das relações bilaterais com Estados de todos os continentes, aprofundando as relações históricas, culturais, económicas e político-diplomáticas. Destacam-se algumas relações bilaterais de interesse estratégico para Portugal:
o Com cada um dos países de língua portuguesa, no plano político-diplomático, no plano económico e da cooperação e no plano social e cultural, através da realização de novas cimeiras com o Brasil, Moçambique e Cabo Verde e o seguimento das visitas a Angola e São Tomé e Príncipe e a continuação da participação portuguesa no apoio europeu e internacional a Moçambique;
o Com a Ucrânia, tendo particularmente em conta a invasão ilegal por parte da Rússia, deverá prosseguir-se um apoio multidimensional, que inclua a vertente humanitária, a participação nacional nos esforços de reconstrução naquele país e a implementação do Acordo de Cooperação de Segurança;
o Com os Estados Unidos da América, reforçando as várias dimensões da cooperação, incluindo nas áreas da segurança e defesa, dos oceanos e da ciência e tecnologia;
o Com os países da África Subsariana e da América Latina, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns, quer a presença de importantes comunidades portuguesas, procurando consolidar e reforçar essas relações através da realização de consultas políticas, de ações de cooperação bilaterais e trilaterais e da promoção de investimento, incluindo iniciativas que surjam no âmbito da estratégia Global Gateway da UE;
o Com os países do Magrebe, perspetivando-se nomeadamente a realização de cimeiras com Marrocos e Argélia, valorizando em particular as áreas da economia, segurança, energia e migrações, e prestando também a necessária atenção ao Sahel, ao Médio Oriente e a novas oportunidades de cooperação com parceiros na região do Golfo;
o Com a Índia, a China, o Japão, a República da Coreia, a Austrália, a Nova Zelândia e outros países asiáticos e do Pacífico, aprofundando os laços políticos, económicos e culturais, incluindo com Timor-Leste e os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e países membros do Fórum das Ilhas do Pacífico.

Reforçar as relações multilaterais e o papel de Portugal nas organizações internacionais

o No quadro da Organização das Nações Unidas (ONU): implementar a campanha relativa à candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, para o mandato 2027-2028, assumida como um desígnio de afirmação externa de Portugal; participar ativamente nos trabalhos das Nações Unidas, e das suas agências especializadas, apoiando também o trabalho do Secretário-Geral e o seu programa de ação, como a Cimeira Social de 2025; participar em todas as agendas relevantes das Nações Unidas, designadamente no que respeita às missões de paz, a ação climática e as questões ambientais, a Agenda 2030, a defesa da biodiversidade, as questões da água, a Agenda dos Oceanos, apoiando o processo conducente à Terceira Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, os direitos humanos, a saúde, a segurança alimentar, a luta contra a corrupção, terrorismo e drogas e a resposta a novas ameaças; reforçar as contribuições

voluntárias para programas, projetos e ações específicas na área do desenvolvimento e ação humanitária, particularmente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste; apoiar proativamente a proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;

o No quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO): contribuir para o cumprimento dos compromissos de reforço da postura de dissuasão e defesa da NATO e de partilha de encargos, incluindo no quadro do «Compromisso de Gales», tendo em vista a atualização do financiamento comum da Aliança e a edificação de capacidades por parte de cada Aliado, assim como o desenvolvimento de capacidades conjuntas e o fortalecimento das bases industriais de defesa dos Aliados; contribuir para a implementação das decisões da Cimeira de Washington nas suas várias dimensões, em particular no que respeita ao apoio à Ucrânia, bem como à operacionalização do Plano de Ação para a Vizinhança Sul;

o No quadro da Conferência Ibero-Americana (CIB), participar ativamente nas atividades e programas da Conferência, da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Organização de Estados Ibero-Americanos;
o Continuar a participar ativamente na Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE) e valorizar a participação nas instâncias internacionais de cooperação económica, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), bem como nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, designadamente na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e no seu Centro Norte-Sul.

Valorizar o espaço lusófono e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

o Prosseguir os esforços de internacionalização da língua portuguesa, tendo em vista a sua inclusão como língua oficial e de trabalho de um leque mais alargado de organizações internacionais, incluindo das Nações Unidas;
o Continuar a promover o ensino do português no estrangeiro, bem como a formação de estudantes lusófonos no sistema de ensino superior nacional;
o Apoiar o reforço das diferentes dimensões da CPLP, colaborando ativamente nos seus programas, atividades e objetivos gerais e contribuindo para o reforço da sua afirmação enquanto organização internacional.;
o Continuar a apoiar a operacionalização do Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP;
o Apoiar os trabalhos da Presidência de São Tomé e Príncipe e do secretariado executivo da Organização;
o Continuar a contribuir para o fundo especial da CPLP e para o reforço da ação cultural no espaço CPLP, com destaque para as comemorações dos 50 anos das independências de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, bem como para as comemorações dos 200 anos do reconhecimento por Portugal da independência do Brasil;
o Iniciar a revisão do regime jurídico do ensino do português no estrangeiro.

Política de cooperação

o Reforçar a capacidade de influência e participação ativa de Portugal nos debates sobre cooperação para o desenvolvimento na ONU, UE, OCDE, CIB, CPLP e instituições financeiras internacionais e de desenvolvimento, designadamente em

matéria de eficácia e coerência das políticas de desenvolvimento relativas a países menos avançados, países em situação de fragilidade, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, ambiente e alterações climáticas, financiamento do desenvolvimento (incluindo o acompanhamento da implementação do Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional — Europa Global e do Global Gateway) e do nexo ação humanitária-desenvolvimento-paz;
o Promover e consolidar os programas de internacionalização da língua e da cultura portuguesas e de cooperação cultural com países parceiros em diversos blocos regionais, no quadro das relações bilaterais e multilaterais: CPLP, SEGIB, incluindo o reforço do bilinguismo da CIB, e EUNIC.
o Reforçar a Cooperação Delegada (FRESAN, SWAIMS, +IGUAL, PRO-JUST, +EMPREGO 2, CITRES-MAIO) e participar em iniciativas Team Europe (TEI) e Global Gateway.
o Apoiar o Fundo de Cooperação Triangular junto da SEGIB para reforçar a cooperação entre Portugal, a América Latina e a CPLP;
o Coordenar a implementação da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, designadamente em matéria de comunicação e digitalização;
o Aprofundar a parceria com os PALOP e Timor-Leste, estruturada nos programas estratégicos de cooperação e concretizada nos programas e ações de cariz bilateral, triangular e multilateral;
o Continuar a promover projetos de organizações não governamentais para o desenvolvimento;
o Continuar a defender e promover a igualdade de género e os direitos das mulheres e raparigas, de forma transversal;
o Implementar o Plano da Ação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento:
o Implementar o programa plurianual de capacitação dos PALOP e Timor-Leste na área da economia e do mar, na área das infraestruturas, na área da agricultura e da segurança alimentar, e o programa de apoio à capacitação no domínio das políticas públicas e dos sistemas educativos, em parceria com universidades;
o Criar uma estratégia de comunicação e de diplomacia pública visando uma aproximação aos cidadãos;
o Continuar a aposta na atribuição de bolsas de estudo da cooperação.

Desenvolver uma política integrada para as comunidades portuguesas e reforçar os meios humanos e técnicos dos postos consulares

o Melhorar a resposta da rede consular através do reforço dos meios humanos e técnicos da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, dando cumprimento ao previsto no Plano de Ação para as Migrações;
o Diversificar e facilitar o agendamento do atendimento na rede consular;
o Aumentar as permanências consulares, reforçar a capacidade de resposta às situações de emergência consular e prosseguir com a modernização tecnológica dos postos consulares;
o Aumentar os mecanismos de ligação às comunidades portuguesas através de apoios ao associativismo, à comunicação social da diáspora, e às instituições de apoio social das comunidades, promovendo o capital humano, político, empresarial e cultural da diáspora;
o Valorizar o Conselho das Comunidades Portuguesas, enquanto órgão consultivo do Governo para as políticas dirigidas aos portugueses no estrangeiro;
o Continuar a desenvolver a rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante, em articulação com a aposta no Programa Regressar;

o Continuar a incentivar e mobilizar a participação cívica e política dos portugueses no estrangeiro, promovendo processos eleitorais adequados à realidade de quem vive no estrangeiro;
o Apostar numa revitalização da rede do ensino português no estrangeiro, em todas as suas vertentes.

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ABRANGIDAS

Para a concretização das medidas e objetivos constantes do ponto anterior, o Programa de Representação Externa integra as seguintes entidades e serviços:

Gabinetes dos Membros do Governo - Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Gabinete da Secretária de Estado de Assuntos Europeus, Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Serviços Internos – Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção-Geral de Política Externa; Inspeção-Geral Diplomática e Consular; Direção-Geral dos Assuntos Europeus; Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; Comissão Nacional da UNESCO.

Serviços Externos - As embaixadas, as missões e representações permanentes e as missões temporárias e os postos consulares.

Serviços e Fundos Autónomos - O Fundo para as Relações Internacionais, I. P. e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P..

CUSTO DAS MEDIDASE FONTES DE FINANCIAMENTO

Meios ao dispor da Representação externa de Portugal

Para concretizar os objetivos e medidas para 2025, o Programa de Representação Externa tem ao dispor um orçamento cuja despesa total consolidada ascende a 472,9 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 10,1% face à estimativa de despesa prevista para o ano de 2024, no valor de 429,4 milhões de euros.

Quadro 1 - Representação Externa (PO 03) – Conta do Programa Orçamental

(milhões de euros)

	2024 Estimativa	2025 Orçamento	Variação %	Estrutura 2025 %
DESPESA				
DESPESA CORRENTE	**411,7**	**452,4**	**9,9%**	**95,7%**
01-Encargos com pessoal	200,1	218,0	8,9%	46,1%
02-Aquisição de bens e serviços	76,3	80,9	6,1%	17,1%
03-Juros	0,0	0,0	0,0%	0,0%
04-Transferências correntes	103,0	119,1	15,7%	25,2%
05-Subsídios				0,0%
06-Outras Despesas Correntes	32,2	34,2	6,4%	7,2%
DESPESA DE CAPITAL	**17,7**	**20,5**	**15,8%**	**4,3%**
Investimento	16,1	18,7	16,2%	4,0%
Transferências capital	0,0	0,2	n.r.	0,0%
Outras Despesas de capital	1,6	1,6	0,0%	0,3%
Diferenças de consolidação	0,0	0,0		
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	**429,4**	**472,9**	**10,1%**	
Ativos financeiros		0,0		0,0%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA (1)	**429,4**	**472,9**	**10,1%**	
RECEITA TOTAL CONSOLIDADA (2)	**616,9**	**472,9**	**-23,3%**	
SALDO ORÇAMENTAL: (2)-(1)	**187,5**	**0,0**		

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

- **Despesas com pessoal** – Foi orçamentado para 2025 o valor de 218 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 17,9 milhões de euros (8,9%), face à estimativa de execução de 2024 (no valor de 200,1 milhões de euros). Este

agrupamento representa, como habitualmente, o maior peso relativo, no total da despesa consolidada do MNE (46,1%).

A dotação inscrita neste agrupamento da despesa destina-se a financiar:

- Os **efetivos constantes do mapa de pessoal** previstos para 2025 (incluindo as vagas por preencher), dotações para fazer face a atualizações salariais decorrentes de normativo legal, atualização do subsídio de almoço e o impacto do mecanismo de correção cambial.
- A **contratação de 50 novos peritos analistas de vistos** de forma a reforçar a capacidade de resposta dos postos consulares, conforme previsto no Plano de Ação Para as Migrações.
- Dotação para fazer face à **revisão do Estatuto da Carreira Diplomática** e consequente atualização das tabelas salariais, que não são revistas desde 1998.

- **Aquisição de bens e serviços** – foi orçamentado para 2025 o valor de 80,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,6 milhões de euros (6,1%), face à estimativa de despesa de 2024 (76,3 milhões de euros), representando 17,1% do total de despesa consolidada;

  O acréscimo neste agrupamento, face ao ano anterior, resulta da necessidade de atender à inflação, bem como à inscrição do conjunto de despesas para prosseguir a execução de projetos, onde se incluem os financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, essencialmente associados à transformação digital do MNE, nomeadamente na área de comunicações e Data Center.

- **Transferências correntes** – foi orçamentado para 2025 o valor de 119,1 milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 16,1 milhões de euros (15,7%), face à estimativa de despesa de 2024 e compreende, além dos subsídios ao associativismo das comunidades portuguesas, a componente de transferências do Camões, I.P. para entidades terceiras; como, por exemplo, as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e as universidades estrangeiras, com protolocos de docência em língua e cultura portuguesas, cooperação e promoção externa da cultura portuguesa; são ainda consideradas neste agrupamento as transferências para organizações internacionais, no valor de 68 milhões de euros, o que representa um aumento de 18,5 milhões face ao valor inicialmente inscrito no Orçamento de Estado de 2024, representando um esforço de Portugal para a construção europeia incluindo paz e segurança) e o multilateralismo (ONU, NATO, CPLP, entre outras), e as bolsas do colégio da Europa e Instituto Universitário Europeu.

- **Outras despesas correntes** – foi orçamentado para o ano de 2025 o valor de 34,2 milhões de euros, aumentando em 2 milhões de euros face à estimativa de despesa de 2024. Este agrupamento compreende, para além da reserva orçamental do Programa Orçamental de 7,2 milhões de euros, o conjunto de despesas com o regular funcionamento dos serviços periféricos externos cuja despesa orçamentada em 2025 é de 13 milhões de euros. Este agrupamento inclui ainda uma dotação de 3 milhões de euros para as Visitas de Estado e Equiparadas;

- **Despesas de Capital** - Em despesas de capital foi orçamentado para 2025 um valor total de 20,5 milhões, aumento de 15,8% face à estimativa de execução de 2024. Para além de 7,3 milhões de euros financiados pelo PRR, encontram-se contemplados neste agrupamento 13,2 milhões de euros orçamentados para projetos de investimento em TIC e Obras, com destaque para os seguintes projetos: Obras no Convento do Sacramento, Beneficiações nos serviços periféricos externos, Construção do Consulado Geral em Benguela, Obras nas Embaixadas de Roma e Berlim e investimentos na Rede informática única do MNE.

Em termos de receita consolidada, a execução estimada de 2024 ascende à importância de 616,9 milhões de euros, incluindo, para além dos valores inscritos em sede de orçamento inicial, a transição de saldos (FRI, fundos europeus e outros) e reforços extraordinários concedidos pelo Ministério das Finanças no decurso da execução orçamental por contrapartida da dotação provisional do Ministério das Finanças (ex. Apoio extraordinário a GAZA e dotação para aquisição das embaixadas de Roma e Berlim).

Este valor não é comparável ao valor inscrito em 2025 (472,9 milhões de euros), porque, à semelhança do ocorrido em anos anteriores, o orçamento inicial de 2025 será alavancado no decurso da execução, também pela transição de saldos (Fundo para as Relações Internacionais e fundos europeus e outros, em valor ainda a determinar) e pela verba constante no mapa de transferências de 1,7 milhões de euros para despesas com a candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de segurança das Nações Unidas e outros apoios ou ações extraordinárias.

Fontes de financiamento

O quadro abaixo reflete a estrutura de financiamento de atividades e projetos do MNE, comparando o orçamento inicial do ano de 2024 com o orçamento inicial do ano de 2025.
Em 2025, o valor orçamentado para o Programa de Representação Externa do MNE foi afetado pela transferência da AICEP para o Ministério da Economia e pela redução do número de Gabinetes Ministeriais com a extinção do Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização.

Quadro 2 -Distribuição do orçamento por fonte de financiamento

	(A)	(B)	(C)=(A)-(B)	(D)	
	2024 TOTAL Orçamento	2024 AICEP Orçamento	2024 SEM AICEP Orçamento	2025 Orçamento	Variação %
Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	**673,4**	**244,9**	**428,5**	**472,9**	**10%**
Receitas de Impostos	335,5	0,0	335,5	374,3	12%
Receitas Próprias	88,8	68,6	20,2	23,8	18%
Transferências entre entidades	199,5	162,0	37,5	37,6	0%
Fundos Europeus	49,6	14,2	35,4	37,1	5%
Diferenças de consolidação	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	

Em 2024 o valor inicialmente inscrito ascendia à importância de 673,4 milhões de euros por incluir dotações para financiar a AICEP, que, entretanto, transitou para o Ministério da Economia, no valor de 244,9 milhões de euros e o Gabinete do Secretário de Estado da Internacionalização, no valor de 0,83milhões de euros, cujas competências foram repartidas entre MNE e o Ministério da Economia.

Se expurgarmos o orçamento da AICEP, o orçamento aumenta 10% face a 2024.
Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

o Em 2025, as receitas de impostos totalizam o valor de 374,3 milhões de euros, aumentando 12% (38,8 milhões de euros), face ao ano anterior (335,5 milhões de euros), assegurando a parcela mais substancial da receita.

o As receitas próprias ascendem a 23,8 milhões de euros, o que representa um aumento no valor orçamentado para as receitas próprias em 18% passando de 20,2 milhões de euros em 2024 para 23,8 milhões de euros em 2025, o que se traduz num aumento de 3,6 milhões de euros.

o O valor das transferências entre entidades passou de 37,5 milhões de euros em 2024, para 37,6 milhões de euros em 2025 (aumento de 0,1 milhões de euros).

o Por último, o aumento de fundos europeus fica a dever-se principalmente à variação dos investimentos na Gestão Administrativa e Financeira do MNE (GAFMNE) associados ao PRR (cuja execução pode oscilar de ano para ano).

Plano de Recuperação e Resiliência – Transição Digital do MNE

Quadro 3 – Comparação do PRR 2024/2025

	(A)	(B)	(C)=(A)-(B)	(D)	
	2024 TOTAL Orçamento	**2024 AICEP Orçamento**	**2024 SEM AICEP Orçamento**	**2025 Orçamento**	**Variação %**
Despesa por Orgânica consolidada	**24 558 075**	**1 858 382**	**22 699 693**	**24 324 269**	**7%**
GAFMNE	**18 699 693**	**0**	**18 699 693**	**22 731 935**	**22%**
11476 - MNE verde – Edifícios Sustentáveis	688 115	0	688 115	813 008	18%
11862 - PCs e Quiosques	1 731 830	0	1 731 830	930 000	-46%
12230 - Cablagens e redes	352 321	0	352 321	6 030 635	1612%
12263 - Comunicações	2 910 697	0	2 910 697	1 727 457	-41%
12264 - Business Continuity Disaster Recovery	728 104	0	728 104	728 780	0%
12265 - Data Center	2 495 410	0	2 495 410	4 899 992	96%
12266 - eSGC	821 306	0	821 306	962 192	17%
12267 - e-consul	323 112	0	323 112	0	-100%
12268 - e-visa	301 405	0	301 405	69 834	-77%
12269 - APP Registo Viajante	326 005	0	326 005	20 000	-94%
12270 - e-CAC	3 185 732	0	3 185 732	3 001 894	-6%
12272 - Segurança	2 504 920	0	2 504 920	1 439 411	-43%
12273 - Rede da Cifra e comunicações móveis seguras	442 800	0	442 800	1 355 875	206%
12274 - ERP	511 775	0	511 775	250 723	-51%
12275 - Bibliotecas	163 447	0	163 447	13 400	-92%
12276 - Gestão Documental	684 606	0	684 606	122 000	-82%
12277 - RGPD	380 507	0	380 507	75 000	-80%
12278 - GRC e ISO27k	24 600	0	24 600	72 333	194%
12279 - Serviços de Formação Técnica	123 001	0	123 001	219 401	78%
Camões	**4 000 000**	**0**	**4 000 000**	**1 592 334**	**-60%**
11838 - CICL - Rede de Biblioteca Camões, I.P.	100 000	0	100 000	63 403	-37%
11872 - CICL - Digitalização EPE	2 300 000	0	2 300 000	831 051	-64%
11876 - CICL - Digitalização Integrada de Inventário	300 000	0	300 000	153 830	-49%
11897 - CICL - Mapa digital da Língua Portuguesa	100 000	0	100 000	80 000	-20%
11909 - CICL - Sistema Integrado de Informação para Gestão de Projetos	1 200 000	0	1 200 000	464 050	-61%
AICEP	**1 858 382**	**1 858 382**	**0**	**0**	**0%**
Diferenças de consolidação	**0**	**0**	**0**	**0**	

- Os projetos contratualizados pelo MNE inserem-se na Componente de Transição Digital, na subcomponente C19.i01.02 – Reformulação de Atendimento dos Serviços Públicos e Consulares, totalizando cerca de 74 milhões de euros a serem executados ao longo do período 2021-2026;

- Em 2025 foi inscrito no programa de representação externa dotação destinada a projetos PRR no valor de 24,3 milhões de euros. Este valor é ligeiramente inferior ao valor inscrito em sede de orçamento inicial de 2024, por nele estar incluído os projetos da AICEP financiados pelo PRR que, entretanto, transitou para a tutela do Ministério da Economia e porque as dotações afetas a investimentos têm em conta o planeamento dos projetos, não sendo por esse motivo os valores constantes ou comparáveis.

- Os investimentos contemplam um conjunto de projetos que visa melhorar a eficácia do funcionamento dos Postos Diplomáticos e Consulares, citando-se entre outros, o novo Datacenter, o reforço da Cibersegurança e a introdução de novos

modelos de equipamentos como seja postos de trabalho com sistema de ancoragem e autenticação forte.

o As prioridades do MNE para o ano de 2025 prendem-se essencialmente com a contratação de equipamento informático e derivados (infraestrutura tecnológica) para o novo Datacenter do MNE (8,5 M€), o Centro de Atendimento Consular (2,9 M€), o desenvolvimento da 2ª Fase do Consulado Virtual, que engloba a disponibilização do Terminal de Pagamentos Automáticos para atos Consulares disponíveis na Web (0,6 M€) e a conclusão dos restantes projetos já contratados;

o Quanto aos projetos do Instituto Camões I.P, importa destacar a aposta em sistemas de informação robustos e integrados no quadro da gestão de projetos de cooperação, na gestão de inventário e gestão documental, na digitalização do Ensino de Português no Estrangeiro, através do acesso a equipamento para utilização em contextos digitais, na disponibilização de conteúdos por via digital nas várias áreas de intervenção do Instituto, e na criação de rede integrada de bibliotecas Camões, I.P:

o Em termos gerais, os projetos de investimentos PRR têm estado a prosseguir em linha com o previsto.

Comparação por Medidas

O quadro seguinte compara o orçamento inicial de 2025 face ao orçamento inicial de 2024, por medidas. **Quadro 4 -Quadro Comparativo das Medidas**

(M€)

Programas e Medidas	2024 Orçamento	2025 Orçamento	Estrutura 2024 (%)
Despesa Efetiva Não Consolidada	**597,0**	**584,9**	
002 - Serv. Gerais AP - Negócios Estrangeiros	422,4	455,7	77,9%
003 - Serv. Gerais AP - Cooperação Económica Externa	94,7	103,9	17,8%
065 - Outras Funções Económicas - Div. Não Especificadas	54,4	0,0	0,0%
102 - Plano de Recuperação e Resiliência	24,6	24,3	4,2%
103 - Impacto do Choque Geopolítico	0,9	1,0	0,2%
Despesa Total Não consolidada	**785,6**	**584,9**	
Diferença de Consolidação	0,0	0,0	
Despesa Total Consolidada	**673,4**	**472,9**	
Ativos Financeiros	**188,6**	**0,0**	
Despesa Efetiva Consolidada	**484,8**	**472,9**	

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

o Aumento de 77,9% (33,3 milhões de euros) na medida Serviços-Gerais da Administração Pública, em resultado do aumento da dotação destinada a despesas

com pessoal na GAFMNE e Camões, I.P., aumento no investimento da GAFMNE e em contribuições e quotizações.

o Aumento de 17,8% da dotação global afeta à cooperação económica externa, em resultado do aumento de verbas nacionais para a cooperação externa, em continuidade com o que já existe em 2024, destacando-se o orçamento de contribuições e quotizações com um incremento nesta medida de 10 milhões de euros;

o Eliminação da despesa com a medida 65 – Outras funções Económicas, face à transferência do Orçamento da AICEP de 2024 para o Ministério da Economia;

o Aumento da despesa inscrita no PRR em 1,6 milhões de euros, destinados à reformulação e modernização do atendimento dos serviços públicos e consulares no âmbito da transformação digital, excluído o valor do PRR de 2024 da AICEP de 1,9M€.

Aumento do valor orçamentado para o impacto do choque geopolítico, resultante da crise com a guerra da Ucrânia, financiados pela GAFMNE e pelo FRI.

Quadro 5– Comparação da despesa por unidade orgânica

	2024 Orçamento	2025 Orçamento	Variação	2025
MNE	340,6	367,2	7,8%	62,8%
Camões	102,9	101,6	-1,3%	17,4%
Subtotal Funcionamento e Investimento	**443,6**	**468,8**	**5,7%**	**80,1%**
Organizações Internacionais	49,5	68,0	37,4%	11,6%
Fundo para as Relações Internacionais	47,5	48,0	1,1%	8,2%
AICEP	244,9		-100,0%	0,0%
Fundo da Língua	0,2	0,2	0,0%	
Total	**785,6**	**585,0**	**-25,5%**	**100,0%**
Consolidação entre e intra-setores	**112,2**	**112,1**		
Despesa Total Consolidada	**673,4**	**472,9**	**-29,8%**	

Da análise do quadro acima importa relevar o seguinte:

o Aumento de 7,8% (26,6 milhões de euros) da dotação global nos serviços da Ação Governativa, GAFMNE – funcionamento, Visitas de Estado e Equiparadas, com destaque para o investimento e para o PRR;

o Diminuição de 1,3% (1,3 milhões de euros) da dotação global afeta ao CICL, I.P, explicada pela diminuição das dotações afetas ao PRR (que variam de ano para ano consoante o planeamento dos projetos). Com efeito, o orçamento de funcionamento

do Camões aumenta 6% e as dotações afetas à língua e cultura, cerca de 2% e mantém as dotações afetas à cooperação.

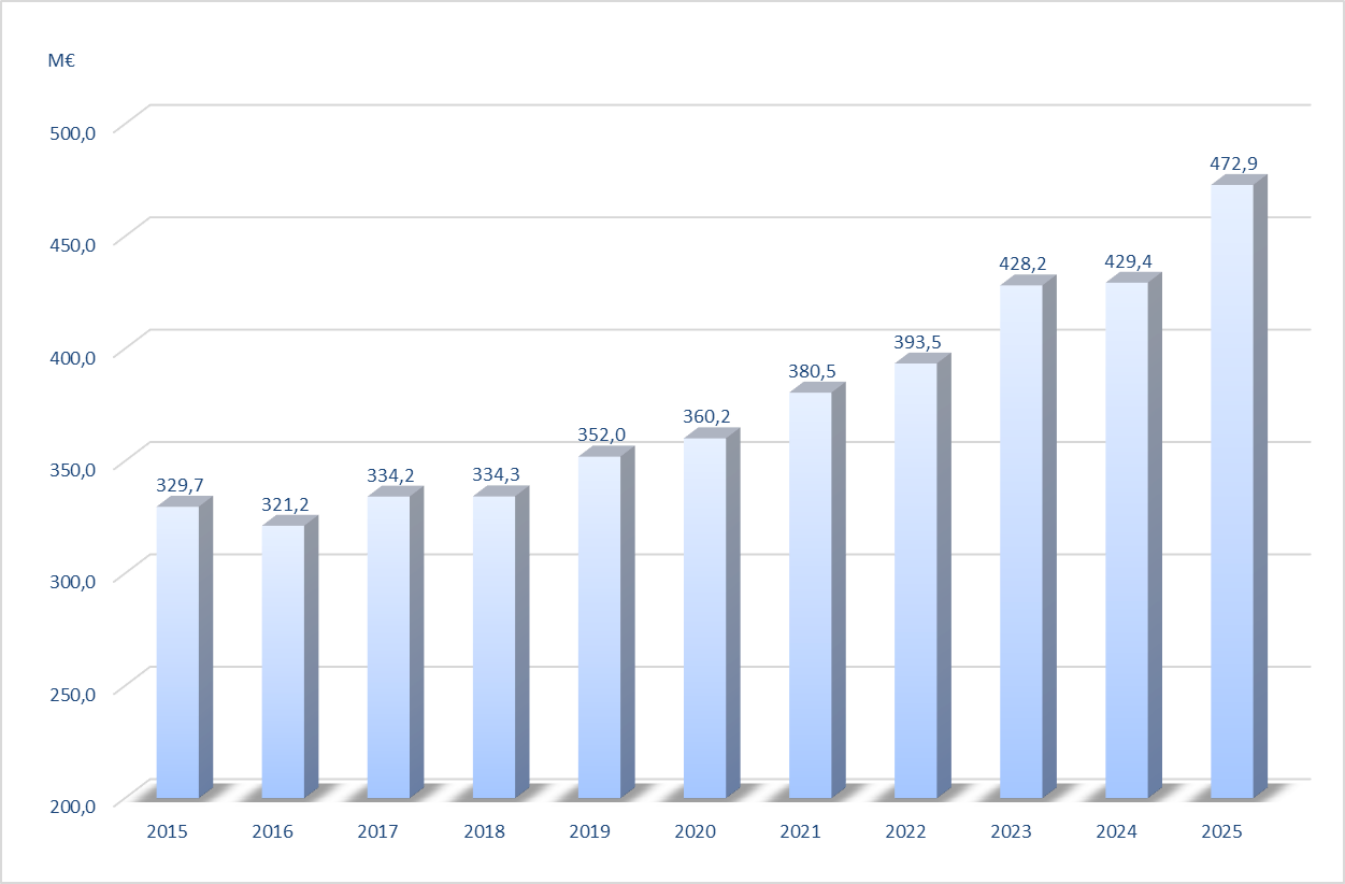
o Aumento de 37,4% (18,5 milhões de euros) da dotação global nas Organizações Internacionais, com destaque para as contribuições e quotizações;

o Diminuição de 100% (244,9 milhões de euros) da dotação global afeta à AICEP, conforme já referido anteriormente, explicado pela transferência da AICEP para o Ministério da Economia.

Evolução anual da despesa de funcionamento

O gráfico seguinte apresenta a evolução da despesa consolidada do MNE desde 2015 e respetiva comparação com a proposta de orçamento para 2025.

Gráfico 1 – Evolução da despesa consolidada do MNE



Os valores apresentados até 2023 correspondem à execução da CGE. Para 2024 os valores correspondem à previsão da DGO sobre a execução da despesa e para 2025 correspondem ao orçamento inicial.

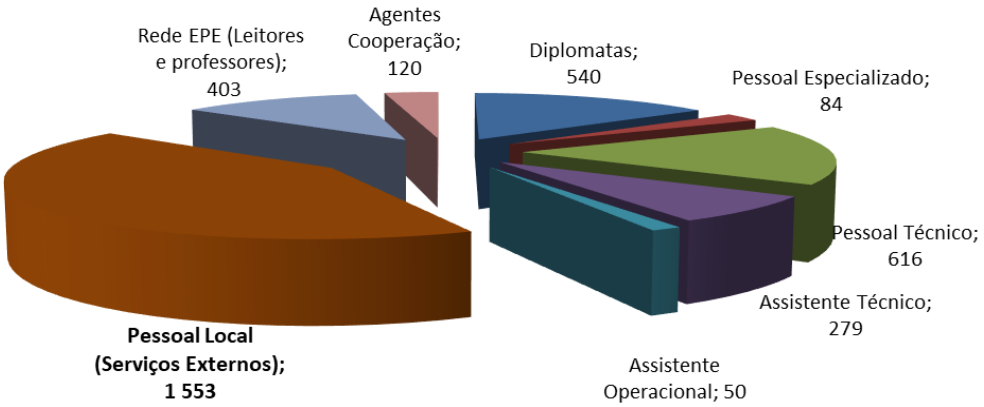
Os anos anteriores a 2025 excluem a AICEP e ativos financeiros.

OBSERVAÇÕES

Os meios humanos ao dispor da representação externa de Portugal

Os recursos humanos são uma variável-chave da diplomacia e da política externa e como tal não poderíamos terminar este documento sem apresentar informação complementar ao orçamento, neste domínio:

Gráfico 2 – Distribuição de efetivos do mapa de pessoal do MNE em 2025



Quadro 6 – Estimativa de efetivos no final de 2024 e número de efetivos do quadro de pessoal do MNE em 2025

Unid: Efetivos

	2024 Estimativa 31/12	2025 Mapa de Pessoal
Gabinetes	**68**	**70**
MNE Serviços Internos	**1 202**	**1 295**
Secretaria-Geral	857	881
DGPE	117	131
IGDC	11	16
DGAE	127	127
DGACCP	90	140
MNE Serviços Externos	**1 432**	**1 553**
MNE Serviços e Fundos Autónomos	**725**	**727**
Camões		
Total Efetivos MNE	**3 427**	**3 645**

Obs.: Não inclui o pessoal dos centros culturais (contratados). A Secretaria Geral inclui a CNU

Tipologia e geografia da rede externa do MNE

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por Embaixadas, Consulados Gerais, Consulados e Vice-consulados, Missões e Representações Permanentes. O número de postos diplomáticos e consulares em 2024 é de 134, dos quais 57,5% constituem a rede de Embaixadas, 35,8% a rede consular e 6,7% correspondem a Missões e Representações junto de organizações internacionais. A este número juntam-se 6 postos com o estatuto de Escritórios Consulares.

Quadro 7 -Distribuição geográfica da rede diplomática e consular em 2024

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas[1]	30	10	15	2	10	10	77
Consulados gerais	15	0	6	7	5	5	38
Consulados	0	0	0	1	1	0	2
Vice Consulados	2	0	0	1	5	0	8
Missões e Representações Permanentes	8	0	0	1	0	0	9
Total	**55**	**10**	**21**	**12**	**21**	**15**	**134**
	41%	7,5%	15,7%	9,0%	15,7%	11,2%	
Escritórios Consulares	4	0	1	0	1	0	6
Total	**59**	**10**	**22**	**12**	**22**	**15**	**140**

Orçamento do Estado

REPÚBLICA PORTUGUESA

XXIV GOVERNO CONSTITUCIONAL